

Artigo recebido em: 31/05/12
Revisado em: 05/06/13
Aprovado em: 04/09/13

Wagner Leite de Lucena¹

¹ Faculdades Integradas de Patos
wagnerluc84@hotmail.com

Correspondência:

Wagner Leite de Lucena
Faculdades Integradas de Patos
Patos-PB, Brasil

TERRITÓRIO DE EXCLUSÃO: A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO DE RUA DO CENTRO DE PATOS/PB

RESUMO

O presente estudo contempla a identificação da distribuição espacial da população de rua do centro da cidade de Patos/PB, através da análise dos locais onde, há vários anos, este grupo coloca em prática suas estratégias diárias de sobrevivência. Mesmo apresentando singularidades locais, observou-se que as formas de utilização dos espaços públicos e privados em Patos pelos indivíduos que vivem nas ruas desta cidade assemelham-se às verificadas em outros centros de médio e grande porte do país, o que pode ser observado através das leituras de outros estudos a respeito da temática aqui colocada, a exemplo das pesquisas realizadas por Furini e Góes (2003) e Maciel (2004). A pesquisa possibilitou conhecer alguns dos fatores que compelem esses indivíduos a se fixar no centro da cidade, a exemplo do desemprego, e constatar a negligência por parte do poder público municipal, que atribui aos próprios moradores a responsabilidade por sua situação de exclusão.

Palavras-chave: População de Rua; Espaço Urbano; Distribuição Espacial; Pobreza Urbana; Assistência Social.

TERRITORY OF EXCLUSION: A SPATIAL DISTRIBUTION OF CENTER STREET POPULATION IN PATOS/PB

ABSTRACT

This study aims the identification and spatial distribution of the population at Patos downtown/ PB. It was made through local analysis where groups practices daily survival strategies. Although single facts, it was noticed the forms of use in public spaces and private at Patos, and it is similar to other medium and large urban centers of this country. These facts were observed in other studies like Furini and Goes search (2003) and Maciel search (2004). This study allows the knowledge about some person factors to stay in the city, such as unemployment, the negligence of the municipal government which gives to the residents responsibility for their exclusion.

Keywords: Street Population, Urban Space, Spatial Distribution, Urban Poverty, Social Assistance.



INTRODUZINDO O TEMA

Na cidade de Patos, na atualidade, é claramente perceptível a presença de alguns personagens que passaram a compor a paisagem desta cidade. São senhoras debruçadas nas calçadas estendendo a palma da mão para quem passa; homens maltrapilhos e alcoolizados dormindo no chão; meninos vigiando carros estacionados em troca de alguns centavos; idosos procurando papelão e outros materiais no lixo e muitos outros, constituindo uma população que está em visível crescimento.

No Brasil, os estudos acerca da população de rua ainda são relativamente escassos, e a maior parte dos trabalhos realizados teve como recorte espacial os grandes centros urbanos. Assim, é pouco expressivo o número de estudos sobre a população de rua, realizados em cidades médias brasileiras, o que dificulta a compreensão desses agentes urbanos em cada localidade, dificultando, assim, a elaboração de políticas sociais condizentes com a realidade destes indivíduos. E à medida que nos voltamos aos municípios mais afastados dos grandes centros econômicos do país, estes estudos vão se tornando praticamente inexistentes.

É importante ressaltar que algumas pesquisas realizadas em grandes cidades do país se tornaram referência para muitos estudiosos do assunto, dentre eles destacam-se: o trabalho realizado por Bursztyn (2000) sobre as famílias que vivem nas ruas de Brasília/DF; e Escorel (2000), em sua pesquisa feita com moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro.

Na Região Nordeste, entre os poucos estudos encontrados, destacam-se a dissertação de mestrado de Maciel (2004) sobre os mendigos do centro de Fortaleza/CE, e a monografia elaborada por Santos (2009), que aborda a população de rua de Salvador/BA.

O interesse em pesquisar o tema em questão partiu do descontentamento do autor com as condições de vida subumanas em que vivem os moradores de rua de Patos, e do descaso das autoridades públicas e da sociedade em relação a esses indivíduos. Diante da problemática da população de rua, também dita população em situação de rua (1), o presente trabalho teve por objetivo identificar a distribuição espacial da população de rua do centro da cidade de Patos/PB. No

centro da referida cidade, apontou-se os principais locais onde esta população desenvolve suas estratégias de sobrevivência e onde costuma pernoitar. Foram aplicados quatro (04) questionários em quatro pontos distintos: um (01) na Praça Getúlio Vargas; um (01) na rodoviária; um (01) no cruzamento das ruas Bossuet Wanderley e Rui Barboza, e um (01) na lateral do Mercado da Carne.

Dentre os diversos bairros de Patos, o centro foi eleito por ser a área desta cidade onde a população de rua encontra-se segregada, conseguindo sobreviver aí de forma bastante precária, após ter os laços rompidos com a sociedade.

Neste trabalho empregou-se metodologia que tomou por base a pesquisa bibliográfica; a pesquisa documental em órgãos públicos e bancos de dados; e o trabalho de campo no qual se empregou a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas junto aos sujeitos da pesquisa. A análise dos resultados configurou-se qualitativa, dadas às dificuldades encontradas na aplicação de um número relevante de questionários.

OS DEBATES SOBRE A POBREZA NO ÂMBITO DA GEOGRAFIA E DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Por se tratar de um problema tão presente em um grande número de países, sobretudo no conjunto dos países subdesenvolvidos e dos emergentes, do qual o Brasil é componente, a pobreza recebe a atenção de diferentes áreas do conhecimento humano, possuindo, portanto, múltiplas interpretações.

A Geografia está entre as áreas do saber humano que se interessa pelo estudo da pobreza. O estudo geográfico da pobreza nos remete à análise do fenômeno em um determinado território visando entender a sua produção, distribuição espacial e materialização, em pequena ou grande escala (PEREIRA, 2008).

Durante as primeiras décadas seguintes ao período pós Segunda Guerra Mundial, viu-se a difusão da teoria desenvolvimentista (2), segundo a qual, as questões básicas inerentes à pobreza e às desigualdades sociais seriam resolvidas com o crescimento econômico. Porém, a partir da década de 1970, ficou evidente, tanto para o meio acadêmico quanto para os organismos internacionais de

promoção do desenvolvimento (3), o equívoco desta teoria, visto que mesmo nos países onde se registravam elevadas taxas de crescimento econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) não se distribuía necessariamente por todos os segmentos da sociedade. Eram visíveis as dificuldades enfrentadas pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, no que concerne à erradicação da pobreza e das desigualdades sociais (ROCHA, 2003).

Tal constatação levou os centros formuladores do pensamento e das orientações da política econômica mundial, a ONU e o Banco Mundial, a uma mudança de ênfase, colocando o crescimento da economia na condição de variável instrumental. O objetivo não era dar prioridade às políticas assistencialistas, mas conceber o processo de crescimento, considerando os objetivos de diminuição da pobreza e das desigualdades através da inserção dos segmentos menos favorecidos da sociedade nos processos de evolução dos campos econômico, social e político, em cada nação. A incorporação dessa nova abordagem pelo Banco Mundial e pela ONU a popularizou em escala internacional como conjectura política.

Todavia, o que se tem em mente quando, precisamente, remete-se à pobreza? Respondendo a esta questão, Rocha (2003, p. 9) afirma que “[...] pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Para entender uma noção tão abrangente, é necessário investigar tais necessidades e as formas de atendimento consideradas adequadas para as mesmas.

Santos (1979, p. 10), discorrendo sobre pobreza no meio urbano, ressalta as diferentes definições de pobreza, que baseadas apenas em dados estatísticos, encaram o fenômeno como uma questão puramente econômica. Porém, como o autor mesmo esclarece,

[...] um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social.

Este pensamento é bastante válido, sobretudo, quando se reflete sobre a questão da pobreza na perspectiva geográfica. A realidade de um grupo social específico, que vive em determinada porção de um território, pode não ser percebida pelos levantamentos estatísticos, o que alteraria o real sentido da pobreza, já que negligenciaria sua dimensão política, histórica e geográfica.

Mesmo sendo percebida como uma situação em que se verifica a falta de bens necessários à existência humana, a pobreza não será a mesma em todas as sociedades e em todos os lugares. As necessidades básicas de grupos humanos que vivem em um mesmo território ou em territórios distintos não são iguais (PEREIRA, 2008).

Um conceito de pobreza relevante deve ter em conta as especificidades da realidade social. Cada país apresenta um nível específico de desenvolvimento socioeconômico e político, além de tradições culturais peculiares. Isto deve estar explícito no conceito de pobreza.

O Brasil é conhecido mundialmente pela persistência da pobreza. A rápida urbanização do país como resultado da implementação do modelo industrial dos países capitalistas centrais em meados do século XX, e a má distribuição da riqueza produzida, deixaram/deixam uma parcela significativa da população brasileira vulnerável à pobreza, sobretudo, no meio urbano.

A pobreza no meio urbano brasileiro pode ser detectada em quase todas as cidades das cinco regiões do país, diferenciando-se através dos níveis de desenvolvimento socioeconômico de cada região e pelas tradições culturais de cada localidade (PEREIRA, 2008).

Implicações da urbanização no agravamento ou na existência/persistência da pobreza urbana

Assim como vários países latino-americanos, o Brasil vivenciou um intenso processo de urbanização no período pós Segunda Grande Guerra. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1940, a população das cidades era de aproximadamente 18,8 milhões de habitantes, o que correspondia a 26,3% do total da população brasileira na época

(MARICATO, 2001). Em 2010, ano em que o IBGE realizou o último censo, a população urbana é de pouco mais de 160 milhões de habitantes, o que equivale a 84,3% da população total. Conclui-se, portanto, que em 70 anos, o Brasil passou da condição de país predominantemente rural para majoritariamente urbano.

A urbanização de países emergentes como o Brasil se deve, em muito, à adoção do modelo de desenvolvimento dos países desenvolvidos baseado na industrialização. A instalação de empresas multinacionais no país e, conseqüentemente, a implantação de parques industriais, atraiu a mão-de-obra expulsa do campo, o que provocou, no início dos anos 1960, a explosão da população urbana (FERREIRA, 2001).

À proporção que o Brasil foi se urbanizando, a pobreza foi se configurando cada vez mais urbana e metropolitana. A migração dos trabalhadores pobres do campo para as cidades representou uma mudança na espacialização da pobreza, a qual foi reduzida no meio rural e explodiu no meio urbano. Atualmente, os pobres urbanos representam 80% dos pobres brasileiros (ROCHA, 2003).

Ressalte-se, nesse contexto, que o êxodo rural, no Brasil, é impulsionado mais fortemente pela falta de condições das estruturas econômicas e sociais do campo em oferecer boas oportunidades de trabalho aos camponeses do que pela atratividade das condições de vida urbana. Segundo Bursztyn (2000, p. 45) “[...] a inexistência de uma política e de instrumentos legais que assegurem o acesso à terra tem representado um fator de migração para as cidades”. Outro fator que expulsa os trabalhadores do campo, sobretudo os jovens, é a falta de possibilidades de trabalho no campo, levando-os a procurar oportunidades no mercado urbano.

Contudo, a intensa migração em direção às médias e grandes cidades – de trabalhadores rurais e, em menor proporção, de trabalhadores de cidades economicamente deprimidas – esgotou a oferta de empregos nos centros urbanos, o que implicou no surgimento de favelas, na expansão da economia informal e no aumento da pobreza urbana.

É dessa forma que o Brasil, com mais da metade de sua população vivendo em cidades já nos anos 1970, transforma-se de uma vez só em um país predominantemente urbano, industrializado e contraditoriamente mais pobre. À medida que o processo de urbanização se intensifica, as cidades, sobretudo as de

médio e grande porte, começam a enfrentar problemas relacionados à falta de infraestrutura e à expansão da pobreza.

Nessa perspectiva, Santos (1994, p. 95), ao tratar da organização interna das cidades, destaca que

[...] com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas.

Pode-se afirmar, portanto, que o espaço urbano na realidade brasileira compartilha as mesmas características do espaço urbano de seus vizinhos latino-americanos e dos demais países subdesenvolvidos no qual a escassez e a segregação socioespacial são endêmicas.

Em relação à organização espacial das cidades, vêm-se bairros suntuosos da população de alta renda, servidos da melhor infraestrutura e serviços públicos da cidade, apresentando, portanto, alto valor da terra e, no mais das vezes, bem próximos a esses bairros encontram-se outros com precária infraestrutura, habitados por uma população de baixa renda sem acesso aos serviços públicos e esquecidos pelo Estado (4). Esta realidade reflete a ação desigual do poder público, que favorece as áreas nobres e os novos empreendimentos do grande capital em detrimento das áreas de baixo valor da terra, intensificando o processo de periferização (CORRÊA, 2007).

A multiplicação das periferias urbanas resulta tanto do processo de concentração dos investimentos públicos nas áreas economicamente mais ativas da cidade como da ação do mercado imobiliário que, através da especulação, promove a supervalorização do preço da terra nas áreas centrais, empurrando os pobres para a periferia. Porém, as péssimas condições de habitação, a falta de equipamentos de consumo coletivo, como água e esgoto, e o elevado gasto com

transporte coletivo tornam a sobrevivência na periferia por vezes, insustentável, fazendo com que muitos dos pobres retornem às áreas centrais para habitar imóveis abandonados, cortiços, terrenos devolutos e as próprias ruas (BURSZTYN, 2000).

Os pobres urbanos, além de sofrerem com as consequências da segregação socioespacial, são, no mais das vezes, responsabilizados pela desordem e pela violência nas cidades, muito embora sejam eles os que mais padeçam com as mazelas urbanas. São sempre os pobres que ocupam a primeira colocação nas estatísticas negativas das cidades: os que mais esperam nas filas dos hospitais, dos bancos, das lotações, trens e metrô; são os mais afetados pelas epidemias, catástrofes climáticas e pela violência urbana.

POPULAÇÃO DE RUA: UMA FACE DA POBREZA URBANA

Dentre os pobres urbanos encontram-se algumas figuras conhecidas nas cidades do país: mendigos, catadores, andarilhos, sem-teto, entre outros. E que constituem uma população por vezes denominada população de rua. O aumento desse segmento no Brasil, assim como em vários países nos últimos trinta anos, tem representado um grande desafio para os cientistas sociais e para as instituições voltadas à promoção do desenvolvimento. Trabalhos realizados por diferentes estudiosos do assunto têm evidenciado dois fenômenos – um, de caráter tecnológico; outro de natureza política – cujos efeitos implicam no agravamento dessa questão social.

As transformações no mundo do trabalho têm provocado, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, o aumento da população de rua. O desemprego estrutural, resultante da redução dos postos de trabalho devido ao processo de automatização dos sistemas produtivos, tem excluído os trabalhadores do mercado de trabalho.

Além disso, a política neoliberal adotada por vários países, a partir da década de 1980, marcada por um forte ajuste econômico, promoveu a desarticulação do chamado Estado de Bem Estar Social (5), através da desestatização das funções produtivas, dos serviços públicos e dos instrumentos

de política social, limitando o poder do Estado de assegurar empregos e garantir a seguridade social a amplos contingentes da população, aprofundando o abismo social.

No contexto dos países desenvolvidos, os efeitos dessas transformações provocaram o empobrecimento de parcelas significativas da população, reproduzindo nestes o quadro de desigualdade típico dos países em desenvolvimento. Enquanto que em muitos países subdesenvolvidos e emergentes, onde os mecanismos de proteção social não são universalizados ou são inexistentes, os trabalhadores excluídos do processo de produção de riqueza foram gradativamente lançados para patamares de miséria extrema.

No Brasil, a expansão da pobreza urbana e, conseqüentemente, da população de rua, não se limita unicamente à desvinculação do mundo do trabalho. A ruptura dos laços sociofamiliares, devido à fragilização dos vínculos sociais na atualidade, e ainda, a migração do trabalhador do campo para a cidade, motivado pela degradação das condições de vida no meio rural, estão entre os fatores desencadeadores do fenômeno da situação de rua (6).

O fato é que, para um grupo cada vez mais numeroso da população urbana, a rua tem se convertido em *habitat* permanente. Esse segmento é descrito por Silva (2006) como aquele formado por grupo de indivíduos

[...] que possui em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixios de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, no processo de construção de saída das ruas (Idem, 2006, p. 105).

Esta definição, além de mostrar a relação com o espaço em que vive, deixa claro que a população de rua presente nas grandes, médias e, também, em

pequenas cidades, constitui um segmento social que, em qualquer lugar, terá sempre o *status* de excluído como característica comum.

O sentido da rua: espaço de morada, espaço de trabalho

A relação entre a população de rua e o espaço urbano é marcada pela interferência recíproca entre ambos. De um lado, o espaço urbano influencia na forma como os indivíduos se aglomeram, nas condições de estabelecimento, nos meios de obtenção de sustento e, de outro, a população de rua deixa suas impressões no espaço da cidade (SCOREL, 2000).

Furini e Goes (2003) afirmam que, no espaço urbano, os diferentes locais tendem a ter um só sentido para a população de rua. Conforme salientam os autores “[...] a população de rua une local de trabalho, local de moradia e local de lazer num só, sendo que é o local de trabalho em sentido amplo – que se torna o eixo da territorialização” (Idem, 2003, p. 3). Para esse segmento excluído, é a questão da sobrevivência que determina o seu território.

Em relação à distribuição espacial da população de rua, Scorel (2000) salienta que a mesma se dá pelas diferentes áreas da cidade, sendo determinada pela oferta de recursos para o atendimento às suas necessidades, ou seja, ela tende a concentrar-se nas áreas onde a renda diária possa ser maior. Mesmo estando em constante movimento, os indivíduos que vivem nas ou das ruas vão aos poucos delimitando um espaço para sua atuação. Este território demarcado pode compreender um trecho de uma rua, ao redor de uma praça ou quarteirão, podendo até mesmo estender-se por um bairro inteiro.

A escolha de um ponto específico para a fixação pode ser determinada considerando-se a resolução de questões que podem ir desde a necessidade de abrigo contra intempéries, passando pela questão da privacidade e chegando até ao acesso fácil a equipamentos de consumo coletivo e serviços públicos (MACIEL, 2004).

Nesse contexto, o centro da cidade é apontado em vários estudos realizados, em diversas cidades brasileiras, como local preferido dos indivíduos que vivem nas ou das ruas. Em estudo realizado por Maciel (2004, p. 29), a autora destaca que: “é

comum, portanto, que o centro da cidade se torne o local predileto daqueles que vivem na e da rua. A concentração de pontos comerciais e o fluxo intenso de pedestres justificam a escolha pelos centros das cidades”.

Por ser uma área que tradicionalmente concentra a atividade comercial, o centro da cidade apresenta características que favorecem a rotina dos moradores de rua. Durante o dia, o comércio atrai uma massa de consumidores que se deslocam pelas ruas do centro, possibilitando o contato dos moradores de rua com indivíduos de diferentes segmentos sociais. À noite, as ruas dessa área da cidade apresentam baixo fluxo de pedestres e automóveis, garantindo certa segurança aos que aí pernoitam.

No entanto, Bursztyn (2000) salienta que a concentração de moradores de rua no centro da cidade é vista por segmentos privilegiados da sociedade como uma invasão de área de alto valor da terra pela extrema pobreza, bem como um risco a sua segurança e ao bem estar.

Nessa lógica, o Estado, não se apresentando como um agente neutro na luta de classes, mas claramente servindo aos interesses da classe dominante é, no entanto, apontado por diferentes estudiosos como o principal responsável pela elaboração de medidas de enfrentamento à situação de rua, seja através da criação de políticas públicas ou por meio de ações planejadas. Ressalte-se, nesse momento, que parte da responsabilidade de um Estado ineficiente é delegada, mediante transferência de recursos, ao Terceiro Setor (7).

Sem um lugar digno para viver e com os laços sociais rompidos, esses indivíduos são excluídos da cidade formal e legal, passando a ser considerados pelos cidadãos como perigosos. Sem o amparo do Estado, com sua omissão, com o descaso e rejeição de parte da sociedade, os moradores de rua sobrevivem como podem, tornando-se evidências da pobreza de nossas cidades, o que ocorre da mesma maneira e não com menos intensidade nas ruas do centro de Patos.

Patos/PB: breve caracterização espacial e sócio-econômica

O município de Patos compõe uma microrregião homônima inserida na mesorregião do Sertão Paraibano (ver ilustração 01). Segundo os dados do IBGE

(2007), Patos dista da capital estadual, João Pessoa, aproximadamente 310 km, e o seu território abrange uma área equivalente a 473,05 km², que se limita ao norte com o município de São José de Espinharas; ao sul com São José do Bonfim e Mãe D'Água; a leste com Quixaba, São Mamede e Cacimba de Areia; e a oeste com Santa Terezinha e Malta.

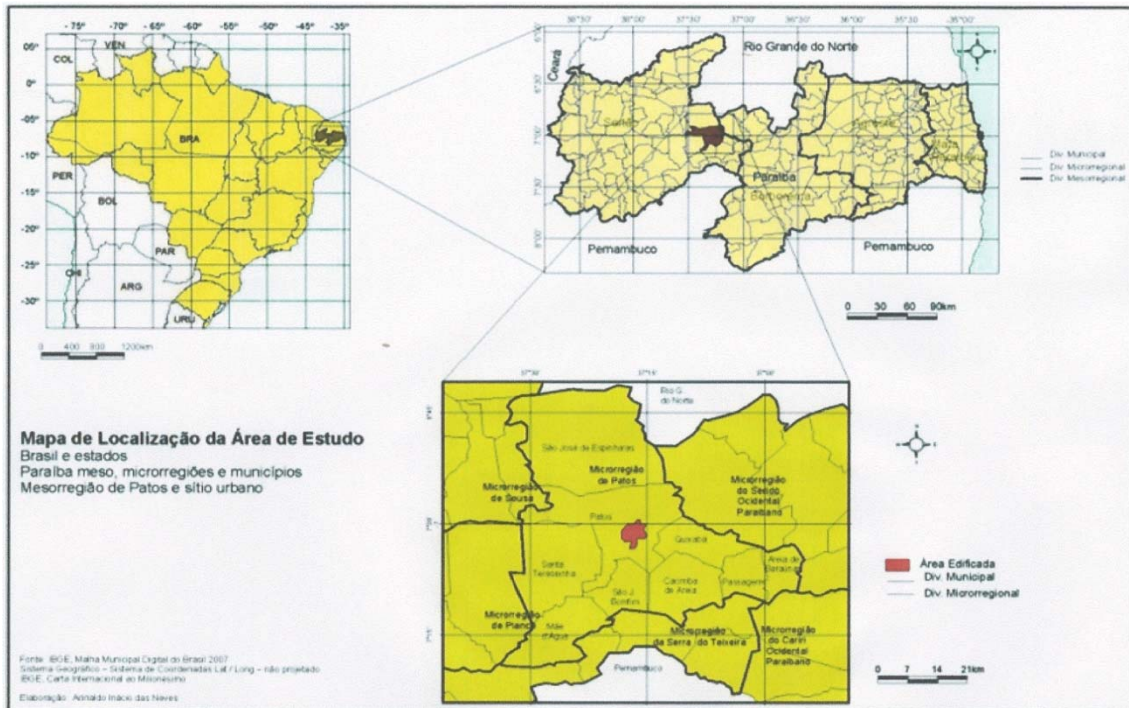


Ilustração 01 – Localização do Município de Patos, por meso e microrregião. **Fonte:** CAVALCANTE, 2008, p. 23. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/vilma_cavalcante.pdf>. Acesso em abril de 2011.

No ano de 2010, a população de Patos foi contada pelo IBGE em 100.674 habitantes, sendo o quarto município mais populoso do estado da Paraíba, com densidade demográfica de 212,82 habitantes por km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH - M) subiu de 0,597 em 1991 para 0,678 em 2000, o que significa um aumento da renda, da longevidade e das condições de educação dos habitantes de Patos.

Segundo os dados de 2010 do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME), o município de Patos possui um Produto Interno Bruto PIB de cerca de R\$ 542.838,00 e reúne em sua área de influência, aproximadamente 70

municípios distribuídos por três estados: Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. As características econômicas predominantes em Patos estão relacionadas às atividades do setor terciário e secundário.

Assim como na maior parte das cidades brasileiras, a pobreza também imprime suas marcas na cidade de Patos. A desigualdade manifesta neste centro urbano é percebida pela presença de indivíduos carentes vivendo em situação de extrema miséria em bairros pobres da periferia, em becos situados em áreas mais ao centro da cidade ou nas ruas do próprio centro, como no caso dos sujeitos da nossa pesquisa, os moradores de rua.

A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO DE RUA EM PATOS/PB: ESCOLHAS EM BUSCA DA SOBREVIVÊNCIA

Faz-se importante ressaltar, preliminarmente, que o recorte espacial da pesquisa, o centro de Patos, compreende a área de maior integração do espaço desta cidade, já que concentra a maior parte dos estabelecimentos comerciais, dos serviços públicos e privados e apresenta um alto e intenso fluxo de pedestres e veículos. Torna-se, portanto, local estratégico de escolha e permanência para a população de rua, no que se refere à sua sobrevivência.

Para estes indivíduos excluídos do mercado de trabalho e negligenciados pelo Estado (neste caso, o poder público municipal), não há muitas alternativas de meios de sustento. Desta forma, apelar para a generosidade das pessoas torna-se a única alternativa.

Dos indivíduos que vivem nas ruas do centro de Patos, somente quatro dos questionados aceitaram responder ao questionário da pesquisa, sendo três (03) do sexo feminino e apenas um (01) do sexo masculino. Todos são maiores de idade e há vários anos vivem nas ruas. Dentre os motivos que os levaram para as ruas destacam-se: a desestrutura do vínculo familiar; a falta de oportunidades de trabalho; e o uso de drogas. A pedidos, não foram gravadas as suas falas, sendo esta a condição imposta por todos para conceder as entrevistas. A resistência demonstrada por vários dos moradores de rua identificados revela-se, aparentemente, como estratégia de defesa contra os riscos de habitar as ruas, já que são passíveis da violência urbana.

Para os entrevistados, a permanência no centro de Patos permite o contato com um grande número de transeuntes que procuram os serviços concentrados nesta área e dos quais é possível obter rendimentos através de doações e/ou de pequenos serviços prestados (8). Também é possível para alguns deles levantar recursos através de atividades autônomas como a catação de materiais recicláveis (papelão, latinha), descartados pelos estabelecimentos comerciais e que são vendidos a negociadores deste tipo de produto.

A pesquisa no centro possibilitou ratificar a localização de lugares importantes para a população de rua desta área (ver ilustração 02).



Ilustração 02: Principais pontos de atuação ou pernoite da população de rua do centro de Patos/PB.

Fonte: Imagem aérea do centro da cidade de Patos/PB. *Google Earth*. Software versão 6.0 beta. Adaptado pelo autor, 2011.

Como se observa na imagem acima, os principais pontos de atuação ou de pernoite da população de rua do centro são: as áreas internas e externas das plataformas de embarque e desembarque da rodoviária; a área externa da estação ferroviária; os bancos da Praça Getúlio Vargas; as rampas de acesso do Banco do Brasil e do Banco Real (Santander); a área anexa do posto de combustíveis 'Paizão'; as calçadas das lojas da Rua Bossuet Wanderley; a área externa e escadarias da catedral de Nossa Senhora da Guia; as barracas do entorno do Mercado da Carne; e o estacionamento do supermercado Bonanza.

Há anos, estes locais são frequentados por indivíduos que vivem nas ruas, tornando-se pontos de referência para esse segmento. A utilização destes locais demonstra que, em Patos, os espaços públicos e privados são apropriados pelas pessoas que vivem nas ruas como locais de trabalho ou de abrigo. Nesse sentido, os resultados da pesquisa corroboram com Furini e Goes (2003, p. 02, grifos do autor) ao afirmarem que: “público e privado se misturam no cotidiano do *morar* da população de rua. Ruas e avenidas são ocupadas literalmente para *morar*”.

Os espaços localizados foram tipificados conforme o valor de uso (9), dado pelos moradores de rua. Desta forma, verifica-se que existem locais que são favoráveis às atividades mendicantes e outros mais adequados ao pernoite. Isto pode ser ratificado no depoimento de Joana (10), quando afirma que as calçadas das lojas da Rua Bossuet Wanderley, identificada nesta pesquisa, são para ela um local adequado para a atividade mendicante. (Ver ilustração 03)

Segundo os entrevistados, os locais que apresentam grande fluxo de pedestres são propícios a quem se mantém da mendicância ou de pequenas atividades informais, os “bicos”. Desta forma, dos pontos indicados (Ilustração 02), a Rua Bossuet Wanderley, o Banco do Brasil, as barracas do entorno do Mercado da Carne, a catedral de N. S. da Guia, a Rodoviária, o Banco Real (hoje, Santander), a Praça Getúlio Vargas e o supermercado Bonanza, são, conforme os entrevistados, favoráveis a este tipo de uso, pois nestes circulam um grande número de pedestres diariamente, permitindo aos que aí esmolam recorrer a um número maior de pessoas.



Ilustração 03: Trecho da rua Bossuet Wanderley.
Fonte: Pesquisa Direta, 2011. Acervo do autor.

Quando perguntados sobre o pernoite, as características locais ressaltadas na escolha de um espaço para este tipo de uso foram: baixo fluxo de transeuntes; presença de policiamento público ou privado; e existência de estruturas físicas que protejam contra frio ou chuva. Nesse sentido, corrobora o depoimento de Marcos (11), quando afirma que o posto de combustíveis 'Paizão', um dos locais identificados nesta pesquisa, é para ele um espaço adequado para o pernoite por se configurar como abrigo protegido, que é concedido pelo proprietário do estabelecimento.

Outros locais também foram apontados pelos entrevistados como sendo pontos de pernoite: a estação ferroviária; a rodoviária; a Praça Getúlio Vargas (ver ilustração 04); a Catedral de Nossa Senhora da Guia; o Mercado da Carne. Nestes locais é possível passar a noite, por se tratar de espaços públicos policiados e de pouca ou nenhuma movimentação de transeuntes durante certo horário da noite.



Ilustração 04. Andarilho dormindo em um banco da Praça Getúlio Vargas. Fonte: Pesquisa Direta, 2011. Acervo do autor.

Avaliando os resultados das entrevistas, observa-se que vários dos pontos mencionados são utilizados pela população de rua tanto como local de trabalho (atuação), quanto como de pernoite (ver quadro 01).

Quadro 01: Locais do centro de Patos e suas diferentes formas de utilização pela população de rua

PONTOS DO CENTRO	VALOR DE USO DADO PELA POPULAÇÃO DE RUA	
Estação rodoviária	Atuação	Pernoite
Estação ferroviária	x	Pernoite
Praça Getúlio Vargas	Atuação	Pernoite
Banco do Brasil	Atuação	x
Posto Paizão	x	Pernoite
Rua Bossuet Wanderley	Atuação	x
Catedral de N. S. da Guia	Atuação	Pernoite
Banco Real (Santander)	Atuação	x
Supermercado Bonanza	Atuação	x
Mercado da Carne	Atuação	Pernoite

Fonte: Pesquisa Direta, 2011. Organizado pelo autor.

Nos locais acima mencionados observa-se diariamente a presença de indivíduos sozinhos ou organizados em pequenos grupos de até quatro indivíduos.

Utilizando estes espaços ora para pedir, ora para dormir, a população de rua altera a função social dos mesmos, dando-lhes significados diferentes do habitual.

No que se refere à satisfação das necessidades fisiológicas e de higiene, os entrevistados salientaram ser esta uma questão difícil, devido à falta, segundo eles, de um local onde possam ter acesso a estruturas como banheiro, para tomar banho e realizar as necessidades orgânicas com privacidade; e lavanderia, para lavar roupas e outros pertences. Em virtude disso, os entrevistados recorrem, quando precisam, aos banheiros de espaços públicos como os da rodoviária, do Mercado da Carne, e também privados como dos postos de combustíveis, ou então, realizam na própria rua em espaços com pouca visibilidade. Já em relação ao banho, este é realizado sem nenhuma privacidade em locais onde haja um chafariz público como o situado na lateral do Mercado da Carne (ver ilustração 05).



Ilustração 05. Morador de rua se banhando no chafariz situado na lateral do Mercado da Carne. Fonte: Pesquisa Direta, 2011. Fotos do autor.

A existência dessa população, vivendo em condições subumanas nas ruas do centro da cidade, não somente evidencia a persistência da extrema pobreza em Patos, como também põe em questão a capacidade do poder público municipal de realizar uma política eficiente de combate à pobreza e a desigualdade.

Para os da rua, a omissão do Estado: algumas considerações sobre a legislação dos serviços de Assistência Social

O Art. 23 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), N.º 8.742/93, (BRASIL, 1993, p. 24, grifo nosso), que versa sobre a organização dos serviços assistenciais, estabelece a criação de programas específicos para atender a população de rua.

Art. 23 - Entende-se por serviços assistenciais as “atividades continuadas” que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: (Redação dada pela Lei nº 11.258, de 2005)

I - às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990; (Incluído pela Lei nº 11.258, de 2005)

II - às pessoas que vivem em situação de rua. (Incluído pela Lei nº 11.258, de 2005)

No município de Patos, a promoção da assistência social é de competência da Secretaria do Desenvolvimento Social que, em cumprimento das determinações estabelecidas pela LOAS, coordena e articula os centros de Referência da Assistência Social (CRAS); e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) que prestam serviços de orientação e apoio especializado a indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, todos os sujeitos ouvidos afirmaram não ter acesso a qualquer tipo de serviço de assistência social executado no município de Patos. Por

consequente, evidencia-se a ineficiência das políticas sociais desenvolvidas pelo poder público local, pois eles ainda permanecem em situação de vulnerabilidade.

Constatou-se, além disso, que nenhum dos entrevistados tem acesso a programas assistenciais do Governo Federal, ou é beneficiário de qualquer programa de transferência de renda mínima; embora dois deles já tenham solicitado, o mesmo se repete quando se refere à Previdência Social. Segundo Joana, por duas vezes seu pedido de aposentadoria por invalidez foi negado, e mesmo apresentando graves problemas de saúde, não conseguiu obter o benefício.

Representando a Secretaria do Desenvolvimento Social, a Secretária Adjunta, Sra. Juliana Sátyro, justifica a ‘incapacidade’ do poder público em amparar os moradores de rua do centro ao asseverar:

[...] o que mais impede são as dificuldades dos moradores de rua aceitar que nós façamos alguma coisa, porque **eles não querem sair das ruas...!** Eu acho que é como **uma maneira de chamar atenção**, alguma forma assim da pessoa...! Esse povo sofre mesmo...! Dependentes...! A maioria são dependentes! São usuários de droga! Muitas vezes são usuários de álcool e por usar o álcool às vezes tem até casa, mas se embriagam e ficam no meio da rua. (Informação obtida a partir de entrevista, grifo nosso) (12).

Responsabilizar os indivíduos que estão nas ruas por seus próprios dilemas é estratégia conveniente ao poder público municipal para isentar-se de qualquer culpa. Todavia, a inexistência de uma política concreta, não somente de assistência, mas de promoção e reinserção social desses sujeitos historicamente excluídos, revelam a negligência, por parte da administração pública municipal, em relação aos indivíduos deste segmento da população local.

Constatou-se na pesquisa, ainda, que a população de rua da cidade de Patos não se apresenta organizada em associações ou movimentos para pressionar o poder público local por cumprimento da legislação ou participação nas decisões. Isto pôde ser constatado na fala da secretária adjunta ao afirmar não ter conhecimento de nenhuma organização de moradores de rua da cidade, “[...] não,

até porque eles mesmos não se interessam... [...] eles não se interessam de fazer um movimento, de fazer uma associação deles entendeu?... Diz que é daquele jeito”.

Constata-se, portanto, que em Patos, diferentemente de algumas cidades brasileiras onde a população de rua obteve significativas conquistas por meio de ações organizadas em movimentos de moradores de rua (13), a falta de uma associação liderada por estes sujeitos constitui um grande obstáculo para alcançar as melhorias de que tanto necessitam, contribuindo para a persistência da violação de seus direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vários países, as profundas transformações políticas e econômicas iniciadas bem antes do final do século XX, e ainda em curso, trouxeram consequências desastrosas para o campo social. A implementação de modelos político-econômicos descomprometidos com as questões sociais associados à automatização dos meios de produção, originou uma forma de desemprego na qual os trabalhadores não tem mais perspectivas de voltarem ao mercado de trabalho. Estas transformações têm potencializado o fenômeno da população de rua.

No Brasil, além do desemprego estrutural, outros fatores contribuem para o aumento da população de rua. A degradação das condições de vida dos trabalhadores do campo e a desestruturação dos laços sociofamiliares são apontadas por vários estudiosos como produtores de população de rua em diversas cidades do país. Em busca de condições mínimas de sobrevivência esta população composta, sobretudo, por mendigos e sem-teto, se estabelece na área central da referida cidade, fazendo desta o seu território de existência.

A pesquisa em questão constatou que, em Patos, esses fatores também se manifestam, produzindo uma população de rua que, sem nenhuma opção de sustento, segue para as ruas do centro desta cidade à procura de condições mínimas de sobrevivência. Vivendo no centro da cidade, esta população passa a utilizar os espaços públicos e privados de forma diferenciada do habitual, o que modifica a função social dos mesmos.

Este estudo igualmente revelou que o poder público municipal tem negligenciado a questão da população de rua local. A falta de uma necessária reinserção social deste segmento, através de programas e projetos assistenciais do município, demonstram a omissão do Estado e mais, sua ineficiência na implementação de ações em suas diversas instâncias, para solucionar o problema.

Notas

1. Neste trabalho utilizam-se ambos os termos para designar este grupo populacional.
2. Cf. FERREIRA (2010, p. 30).
3. Organização das Nações Unidas (ONU); Banco Mundial.
4. Um exemplo claro disso, na capital do Estado, pode ser observado nos bairros Manaíra, onde está localizado o Manaíra Shopping, e o Bairro São José.
5. Cf. BURSZTYN (2000, p. 42).
6. Scorel (2000), Bursztyn (2000)
7. “O segmento político-econômico-institucional que agrega as organizações sem fins lucrativos [...]” (FISCHER E FALCONER, 1998, p. 01).
8. Como foi relatado por um dos entrevistados, é possível ganhar alguns centavos guardando uma vaga para alguém na fila de um banco ou vigiando um carro estacionado na rua enquanto o proprietário esta ausente.
9. É a utilidade produtiva tanto econômica, quanto cultural apresentada pelo espaço (DEAK, 2001).
10. Moradora de rua há 05 anos na Rua Bossuet Wanderley. Concedeu entrevista ao autor durante a Pesquisa Direta, em abril de 2011.
11. Conhecido na cidade de Patos como “Marco Pioleiro” é morador de rua desde os 19 anos, aproximadamente. Concedeu entrevista ao autor durante a Pesquisa Direta, em abril de 2011.
12. Gravada pela Sra. Juliana Sátyro, secretária adjunta de desenvolvimento social devido à ausência da secretária Helena Wanderley. Pesquisa Direta, junho de 2011.
13. São exemplos de movimentos de grande destaque no Brasil: Movimento dos Sem - Teto do Centro em São Paulo/SP; Movimento da População de Rua de Belo Horizonte/MG; e o Movimento Nacional da População de Rua em diversas capitais do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei N.º 8.742**, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/lei-organica-de-assistencia-social-loas-anotada-2009>>. Acesso em abril de 2011.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão. In: BURSZTYN, Marcel (Org). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CAVALCANTE, V. L. U. A centralidade da cidade de Patos-PB: **um estudo a partir de arranjos espaciais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa: UFPB, 2008. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/vilma_cavalcante.pdf>. Acesso em abril de 2011.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2007. (Série Princípios).

DEAK, Csaba. A busca das categorias da produção do espaço. In: Concurso de livre docência/FAUUSP, 2001. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/.../MC-categ-esp.pdf>. Acesso em maio de 2011.

SCOREL, S. Vivendo de teimosos. Moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (Org). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

FERREIRA, Aurilene dos Santos. **Instituições políticas locais versus instrumentos de planejamento e gestão urbana no município de Itaituba-PA**. Revista Brasileira de gestão e desenvolvimento regional. V. 6, p. 22-49, 2010. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewArticle/292>>. Acesso em março de 2011.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Globalização e urbanização subdesenvolvida**. In: São Paulo em perspectiva. São Paulo, v. 4, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000400003&script=sci_arttext>. Acesso em janeiro de 2011.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. **Desafios da parceria Governo-Terceiro Setor**. In: Primeiro encontro da rede de pesquisas sobre o Terceiro Setor na América Latina e Caribe – ISTR, Escola de Serviço Social da UFRJ. 04/98. Disponível em: <www.rausp.usp.br/download.asp?file=3301012.pdf>. Acesso em março de 2011.

FURINI, Luciano Antônio; GOES, Eda Maria. **A segregação forçada da população de rua em Presidente Prudente (SP)**. In: IV Fórum de ciências da FCT/ UNESP. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/index.php?CodigoMenu=1336...1350...1339>>. Acesso em março de 2011.

IDEME. **Anuário Estatístico da Paraíba**, 2010. Disponível em <<http://www.ideme.pb.gov.br>>. Acesso em abril de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de dados agregados**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em abril de 2011.

MACIEL, V. R. **Os herdeiros da miséria: o cotidiano de mendicância no Centro de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Fortaleza. UECE, 2004. Disponível em: <<http://www.uece.br/politicaseuce/index.../54-valneyrochamaciel1?tmpl...>>. Acesso em janeiro de 2011.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**. Alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **A pobreza urbana no Brasil: considerações a partir das análises geográficas**. In: Anais da VII Semana do servidor e V Semana acadêmica. UFU, 2008. Disponível em: <<https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/.../SA08-20629.PDF>>. Acesso em abril de 2011.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Daiane dos Santos. **O retrato do morador de rua da cidade de Salvador-BA: um estudo de caso**. Monografia (Pós-graduação *Lato Sensu* em Direitos Humanos e Cidadania). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.aopmba.com.br/ckfinder/.../ORetratoDoMoradorDeRua.pdf>>. Acesso em Dezembro de 2010.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC. 1994.

_____. **Pobreza Urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

SILVA, M. L. L. **Mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil: 1995-2005**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf>. Acesso em abril de 2011.